



Boletim Semanal

Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Quinta-feira • 20 de outubro • Ano V

Vale a pena!!!

Um grande poeta já disse que temos, apenas, duas mãos e todo o sentimento do mundo e que vale a pena cada um lutar pelos seus direitos e ser um pequenino peixe num mar de contribuições. Que pequeninos gestos, quando realizados por muitos, possuem força inquebrantável e podem ajudar a transformar tudo o que não está bom em algo bem maior que o necessário e desejável.

Iniciamos essa semana preocupados com os rumos do PCS dos servidores do MPU e do Judiciário. O primeiro vivia um impasse devido ao argumento do Procurador Geral da República de que não retomaria as negociações enquanto não fosse resolvido o problema da limitação orçamentária. O do Judiciário que estava parado aguardando o empenho dos presidentes dos tribunais superiores.

Mas, o trabalho sério de negociação e de mobilização; a conscientização feita pelos diretores e pelos delegados sindicais de base mostrou o quanto o trabalho de cada um é importante no processo de conquista dos nossos sonhos. Conquistas estas, obtidas a partir do envolvimento de todos, da força da militância, da dignidade de saber que se fez por merecer e, sobretudo, da consciência de que, se cada um fizer sua parte, estas vitórias serão ainda maiores. Veja nas próximas páginas o que juntos somos capazes de construir!

Para os que compareceram e fizeram sua parte, parabéns! Aos que se acomodaram convidamos a deixar de lado atitudes de omissão e venham sentir conosco o gosto da luta e da conquista.

Servidores do MPU fazem maior manifestação da história e já têm conquistas a comemorar

Os servidores do MPU deram, esta semana, uma aula de mobilização, pressão e democracia em prol da definição do texto da sua proposta de PCS, com a realização do maior ato já observado na história do Ministério Público. Cerca de 500 servidores ocuparam, na última terça-feira (18/10), os corredores da Procuradoria Geral da República em meio a tambores, apitos e gritos de protesto, que ecoaram pelas

salas e gabinetes. A primeira vitória já foi obtida, uma vez que, ontem, o TCU tomou decisão favorável ao pensamento dos servidores quanto à limitação orçamentária imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que diferencia o MPDFT dos demais ramos do MPU.

A limitação foi, até hoje, o principal motivo argumentado pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando

de Souza, para o atraso da definição do texto final do PCS. Agora, com a decisão do TCU, a PGR não tem mais desculpas para atrasar o processo e dar início às negociações sobre os pontos que ainda se encontram pendentes.

A mobilização na PGR foi tamanha que, mais do que um ato público, o que se viu foram servidores lutando num movimento legítimo pelos seus direitos. A própria realização do ato representou um avanço, uma vez levou à constatação da força da categoria e à consciência do que se pode conseguir a partir do momento em que, juntos, todos participem de movimentos como esse.

Mais emocionante, ainda, foi ver as pessoas caminhando no gramado da PGR e demonstrando sua exaltação pelo fato de estarem realizado um movimento daquele porte. Tanto que conclamaram os colegas que estavam em suas salas para marcar presença no evento. Todo esse êxito mostrou que é fundamental a continuidade de tamanho empenho.

Na ocasião, o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, lembrou também a importância da discussão sobre os pontos que ainda precisam ser tratados na discussão do PCS, tais como as funções comissionadas de 1 a 6 - para que passem a ser exclusivas de servidores do quadro do MPU - e a volta do cargo de auxiliar. "Vamos acompanhar o julgamento e esperar que, após o resultado, o Procurador procure as entidades e discuta com elas o envio do PCS", afirmou Roberto.

Ainda como resultado do processo de mobilização a PGR informou que serão pagos no início de novembro os quintos referentes aos anos de 1998 e 1999.





Ato organizado pelo Sindjus reúne mais de mil pessoas no STF

A campanha pela aprovação do Projeto de Lei nº 5845/05, que revisa o PCS do Judiciário, teve hoje um de seus dias mais importantes. Em vários Estados os servidores do Judiciário pararam os trabalhos e realizaram manifestações reivindicando agilidade na tramitação do PL na Câmara dos Deputados.

Para fortalecer a paralisação, o Sindjus organizou um ato público em frente ao STF, na tarde de ontem, oportunidade em que cobrou do ministro Nelson Jobim empenho à aprovação da proposta. A manifestação, que reuniu mais de mil trabalhadores, teve início com as seguintes palavras de ordem: "PCS já!" e "Jobim cadê você, eu vim só aqui só pra te ver". Além dos apitos, também reforçou o barulho em frente ao Supremo, embaixo do gabinete do ministro Jobim, o som de uma bateria de escola de samba.

Mobilização força o início das negociações

Ao abrir a manifestação, Roberto Policarpo, informou sobre uma audiência que aconteceu pela manhã com o presidente do STF, ministro Nelson Jobim. De acordo com o diretor do Sindjus, na reunião foi cobrado o envolvimento direto do presidente do STF nas negociações tanto no governo federal como no Congresso Nacional. "Nós discutimos especialmente a questão do PCS. Falamos com o ministro que o nosso PCS, que já foi enviado ao Congresso no dia 31 de agosto, precisa de uma participação direta do representante do Poder Judiciário na negociação, como aconteceu durante a luta pelo atual PCS em 2002, disse Policarpo na abertura do ato".

O presidente do Supremo se comprometeu a iniciar as negociações

com o Executivo e com o Legislativo. Ele disse também que vai atuar para conseguir incluir o projeto de revisão do PCS na pauta da próxima reunião do Conselho Nacional de Justiça, que acontecerá no dia 25 de outubro. "Na audiência de hoje o ministro assumiu alguns compromissos, como trabalhar para fazer a aprovação do mérito do projeto, que é necessário. Porque o artigo 88, inciso IV da LDO prevê que todos os projetos oriundos do Judiciário em andamento no Congresso Nacional têm que passar pelo crivo do Conselho Nacional de Justiça para uma avaliação de mérito. A partir do dia 25, com o PCS discutido no CNJ, o ministro se comprometeu a iniciar as negociações com os ministros da Fazenda e do Planejamento, com a Casa Civil e com o Congresso Nacional", afirmou Policarpo na manifestação.

Fim do nepotismo agora é realidade: servidores precisam “ficar de olho” nos tribunais

Um dos maiores pleitos da categoria finalmente começa a dar sinais de vir a ser atendido. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na última terça-feira (18/10), a Resolução nº 7 que proíbe o nepotismo no Poder Judiciário. Conforme a resolução, fica vedado o exercício de cargo comissionado ou função gratificada por parentes de até terceiro grau de magistrados ou de servidores com atribuições de direção ou assessoramento.

O texto aprovado se propõe a coibir, ainda, o chamado “nepotismo

cruzado”, que acontece mediante reciprocidade nas nomeações ou designações de parentes de magistrados em gabinetes de outros membros do Judiciário, como tentativa de burlar as regras.

Além disso, a medida também proíbe a contratação e a manutenção de contrato de prestação de serviço com empresas que tenham, entre os empregados, pessoas com aquele grau de parentesco em relação a membros e juízes vinculados ao tribunal contratante, bem como de ocupantes de cargos de

direção e assessoramento.

Apesar da medida ser considerada uma vitória, o Sindjus alerta aos servidores que é preciso ficar de olho na adoção, por parte da administração dos tribunais, das providências exigidas pelo CNJ.

Os filiados devem denunciar imediatamente os casos de descumprimento da decisão ao sindicato, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, dentro da campanha intitulada “Fique de Olho”. Para isso, entre em contato com o Sindjus pelo seguinte e-mail: fiquedeolho@sindjusdf.org.br.

TCU julga representação do MPDFT. PCS, já!

Em julgamento realizado hoje, 19.10.2005, o Pleno do Tribunal de Contas da União julgou procedente a representação que pleiteava a adequação orçamentária do MPDFT no limite do Ministério Público da União.

O Sindjus defendeu, em várias comunicações ao Procurador Geral da República, que a restrição desrespeitava o previsto na Constituição Federal de 1988, em especial ao seu artigo 128, inciso I, letra “d”, que combinada com o artigo 20, inciso I, letra “d”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, determina a observância do percentual limite de 0,6% do orçamento da União.

Essa foi a tese adotada pela Corte de Contas, que considerou

violada a isonomia, os princípios institucionais do Ministério Público – unidade, indivisibilidade e independência funcional, bem como sua autonomia orçamentária e financeira, prerrogativas conferidas pela Constituição Federal.

Nesse contexto, ficou demonstrando que a alegação da PGR sobre pretensa restrição orçamentária, como obstáculo ao encaminhamento do anteprojeto de PCS dos servidores do MPU ao Congresso, não subsiste. Fato que, repita-se, foi reiteradamente rebatido pelo Sindjus em audiências e ofícios encaminhados ao Procurador.

Em verdade, o MPDFT estava sendo usado pela Procuradoria-Geral da República como principal

argumento para a demora no encaminhamento do novo PCS ao Congresso, numa transferência de responsabilidade à administração daquela entidade.

No entanto, o TCU consolidou o pensamento contrário, que insere as despesas de pessoal do MPDFT no mesmo limite dos demais ramos do MPU, afastando qualquer razão para que o PCS dos servidores tenha retardada sua redação final, bem como sua remessa ao Legislativo.

Nesse momento, a solução para o caso da remessa do PCS está nas mãos do Procurador-Geral da República e cabe aos servidores do MPU a mobilização para que isso ocorra o mais rápido possível.